

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

HELOÍSE PINHEIRO DE OLIVEIRA

**O TEMPO QUE SE ESGOTOU: OS CAMINHOS PERCORRIDOS POR CRIANÇAS
E ADOLESCENTES NÃO-ADOTADOS APÓS ATINGIREM A MAIORIDADE**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2021

HELOÍSE PINHEIRO DE OLIVEIRA

**O TEMPO QUE SE ESGOTOU: OS CAMINHOS PERCORRIDOS POR CRIANÇAS
E ADOLESCENTES NÃO-ADOTADOS APÓS ATINGIREM A MAIORIDADE)**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Profa. Me. Moema Alves Macedo

HELOÍSE PINHEIRO DE OLIVEIRA

**O TEMPO QUE SE ESGOTOU: OS CAMINHOS PERCORRIDOS POR CRIANÇAS
E ADOLESCENTES NÃO-ADOTADOS APÓS ATINGIREM A MAIORIDADE**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso de HELOÍSE PINHEIRO DE OLIVEIRA.

Orientador: Profa. Me. Moema Alves Macedo

Data da Apresentação: 15/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Me. Moema Alves Macedo

Membro: Prof. Me. Marcos Teles do Nascimento/UNILEÃO

Membro: Prof. Me. Ivancildo Costa Ferreira/UNILEÃO

O TEMPO QUE SE ESGOTOU: OS CAMINHOS PERCORRIDOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES NÃO-ADOTADOS APÓS ATINGIREM A MAIORIDADE

Heloíse Pinheiro de Oliveira¹
Moema Alves Macêdo²

RESUMO

A prática da adoção é um tema que vem sendo amplamente discutido ao longo dos anos, e muitos aspectos relacionados a esse processo tem sido aperfeiçoados e regularizados, entretanto, percebe-se que há uma defasagem em relação aos estudos voltados aos jovens acolhidos que atingem a maioridade sem ter passado pela efetivação do processo de adoção e adesão a uma família. Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é refletir acerca das possibilidades de adaptação à vida fora da instituição de acolhimento, por jovens que se aproximam ou já chegaram à maioridade sem que tenham sido adotados. Para tanto, enquanto método, foi utilizada pesquisa documental, com base em duas reportagens e um documentário, todos audiovisuais, contando com os discursos de 17 interlocutores, com idades variadas, que residiam ou já haviam saído de alguma instituição de acolhimento. O estudo possui caráter qualitativo, e foi elaborado com base no construcionismo. Para análise dos dados, foram utilizados análise de discurso e construção de mapas dialógicos. Enquanto resultados, obteve-se que, dentre os interlocutores identificados na pesquisa, todos conseguiram o suporte necessário para continuar a vida fora da instituição, variando entre: morar com padrinhos afetivos, com irmãos ex-residentes do acolhimento, com cuidadoras, em república ou sozinhos. Entretanto, chama a atenção a marcante insegurança e medo presentes nas falas dos indivíduos que ainda se encontram no processo de preparação para saída.

Palavras-chave: Saída da instituição de acolhimento. Maioridade. Não-adoção. Adoção.

ABSTRACT

The practice of adoption is a topic that has been widely discussed over the years, and many aspects related to this process have been improved and regularized. coming of age without having gone through the process of adoption and adherence to a family. Therefore, the objective of this research is to reflect on the possibilities of adaptation to life outside the host institution, by young people who are approaching or have reached adulthood without having been adopted. Therefore, as a method, documentary research was used, based on two reports and one documentary, all audiovisual, with the speeches of 17 interlocutors, of varying ages, who lived or had already left a host institution. The study has a qualitative character, and was designed based on constructionism. For data analysis, discourse analysis and construction of dialogic maps were used. As a result, it was found that, among the interlocutors identified in the research, all obtained the necessary support to continue life outside the institution, ranging from: living with affectionate godparents, with siblings who were former residents of the host, with caregivers, in a republic or alone. However, the marked insecurity and fear present in the statements of individuals who are still in the process of preparing to leave is noteworthy.

Keywords: Leaving the host institution. Adulthood. Non-adoption. Adoption.

¹Discente do curso de psicologia na UNILEÃO. Email: helopinheiro630@gmail.com

²Docente do curso de psicologia na UNILEÃO. Email: moema@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Considerando as diversas nuances presentes no tocante ao tema da adoção e diante de pessoas que viveram a não efetivação desta, este artigo visa refletir acerca das possibilidades de adaptação à vida fora da instituição de acolhimento, por jovens que se aproximam ou já chegaram à maioridade sem que tenham sido adotados. E, com base nisso, também ser capaz de: Pensar acerca dos diferentes sentidos produzidos em torno dos vínculos familiares por jovens residentes ou que já residiram em instituições de acolhimento; e organizar um levantamento de dados acerca dos mecanismos legais de proteção integral à criança e ao adolescente.

A fim de tornar possível o alcance de tais objetivos, o método utilizado deu-se através da pesquisa documental, por meio da qual foram analisadas diversas falas de pessoas que se encontram dentro da realidade pesquisada, a partir de três arquivos diferentes, sendo duas reportagens e um documentário. Com esse material, foi realizado a análise de discurso por meio da elaboração de mapas dialógicos, os quais permitiram maior aprofundamento acerca do tema a partir do próprio discurso dos interlocutores, destacando que tal material, por apresentar-se enquanto audiovisual, permite melhor percepção em torno dos comportamentos emitidos pelos interlocutores para além do campo verbal, o que configura-se, nesse sentido, enquanto um ponto positivo para análise. Entretanto, por ter o construcionismo como base, esta pesquisa não visa estabelecer verdades e/ou conceitos fixos, mas sim levar à reflexão acerca da realidade observada, através da imersão no tema.

Ao pensar a respeito do tema da não-adoção, é necessário, antes, considerar os fatores da efetivação desta. Conforme discutido ao longo desta pesquisa, há dados que apontam a preferência dos pretendentes pela adoção de crianças mais novas, o que implica na menor possibilidade de adoção conforme o avanço da idade dos infantes. Dessa forma, os indivíduos que não foram adotados no início da infância, começam a perceber, pela observação da própria realidade, que a probabilidade de serem adotados é reduzida conforme crescem, e já se inicia em alguns adolescentes, as preocupações acerca do seu futuro fora do abrigo, bem como das responsabilidades atreladas a isso, como apresentado através da reportagem *Caminhos da Reportagem – Histórias de Abrigo* (2017).

Com isso, faz-se necessário considerar a respeito das políticas de proteção destinadas à crianças a adolescentes, pensando suas formas de funcionamento e validade, como será melhor detalhado na escrita deste artigo. Vale ressaltar que, segundo o art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (2016, p.132) o Estado, a família e a

sociedade possuem deveres em relação aos direitos das crianças, adolescentes e jovens. Entretanto, de acordo com as mudanças nas sociedades e culturas, faz-se importante discutir acerca das atuais representações da juventude, inclusive no que se refere à sua definição em relação à idade.

Visto que o viés capitalista exige do indivíduo cada vez mais qualificações para a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, e, com isso, maior necessidade de apoio externo para suprir essa demanda, Zagury (2004) apud Oliveira (2007), ao fazer considerações sobre o tema, chega a considerar que, por vezes, a adolescência perdura por volta dos 28 a 30 anos de idade. Com isso, cabe a reflexão acerca do tempo correto de emancipação desses indivíduos em relação aos cuidados fornecidos pelo Estado, visto que os abrigados não possuem outro responsável legal que possa fornecer o apoio necessário.

Desta forma, a presente pesquisa visa responder a seguinte indagação: Quais os percursos trilhados por indivíduos que atingiram a maioria em instituições de acolhimento sem que tenham sido adotados? Para tanto serão considerados não somente as questões de autorresponsabilidade desses indivíduos, como também o envolvimento jurídico e governamental nesse processo, tanto no que se refere à preparação para a saída, quanto ao momento posterior a esse.

As inquietações acerca deste tema surgiram mediante minha experiência em um campo de estágio atrelado ao setor jurídico, após perceber a clara preferência dos pretendentes por crianças menores de cinco anos, enquanto havia uma lista infindável de infantes fora desse perfil. Questionei-me então para onde iam os indivíduos que atingiam a maioria sem ter sido adotados, e me debrucei em encontrar as respostas para esse questionamento. A escassez de materiais voltados ao tema, nos bancos de dados consultados por mim, transformou-se em outro fator mobilizante para tal pesquisa, dado que, o fato de o assunto ser pouco discutido, não anula a existência dessa problemática, contribuindo, pelo contrário, para um silenciamento da causa. Dessa forma, o interesse em conhecer melhor essa realidade visa não apenas um saber com fim em si mesmo, mas uma denúncia dessa realidade que ainda é, por muitos, desconhecida.

Por fim, apoio-me na expectativa de que esse artigo provoque múltiplas reflexões e até uma certa inquietação naqueles que se depararem com este tema, levando a considerações acerca das responsabilidades sociais e estatais para com essa população, pensando as formas de cuidado e preparação desses infantes/jovens para o início da vida adulta, de forma independente, fora das instituições de acolhimento. Para contribuir nas discussões, serão trabalhados os seguintes tópicos: Política Nacional de Proteção Integral à Crianças e

Adolescentes; A realidade acerca da adoção no Brasil; Como as crianças e adolescentes vão para Instituições de Acolhimento e Responsabilidade Estatal após a saída de indivíduos sem vínculos familiares e comunitários protetivos, das Instituições de Acolhimento.

2 POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO INTEGRAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A fim de discorrer acerca dos caminhos percorridos por jovens acolhidos, não-adotados, diante do início da vida adulta, é necessário antes compreender o funcionamento das leis e políticas públicas que dão suporte a esse público. Para iniciar essa discussão, temos a compreensão em torno do sistema de Proteção Social, que visa oferecer suporte para indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade, podendo ou não estar atrelado a isso fatores de risco. Esse sistema, no entanto, é segmentado em dois: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). (MARTINS, 2017)

Este primeiro direciona seus cuidados a pessoas que, dentro de um quadro de vulnerabilidade, apresentam fragilidades econômicas e sociais que podem pôr em risco suas vidas, agindo assim de forma preventiva, de modo que esses riscos sejam evitados. O segundo grupo, no entanto, possui um olhar voltado para sujeitos aos quais o quadro de vulnerabilidade acompanha abandono, negligências, múltiplas violências, exploração e/ou situação de rua. Devido à maior necessidade de cuidados, as pessoas que se enquadram nesse grupo devem receber uma maior assistência governamental, a qual fica responsável por traçar estratégias específicas e gerais de cuidado e proteção para esses indivíduos, visando o asseguramento dos direitos e a preservação da dignidade destes (MARTINS, 2017).

Enquanto parte da Política Nacional de Proteção Integral à Crianças e Adolescentes, tem-se a possibilidade, em casos excepcionais, nos quais não hajam melhor alternativa, de que os cuidados do infante sejam transferidos da sua família de origem para família substituta, através da adoção, visando assegurar os direitos desses indivíduos de menor idade. Sendo assim, conforme o disposto na lei que vigora o ECA, quando esses cuidados não são oferecidos pela família de origem, e não há uma família substitutiva capaz de fornecer o necessário para o bom desenvolvimento daquele infante, isso fica a encargo do Estado, que realizará a proteção dessa criança/adolescente, por tempo determinado, até que seja adotado ou atinja a maioridade (BRASIL, 1990).

Conforme as informações acima, faz-se importante compreender quais são os atuais critérios estabelecidos no Brasil acerca da possibilidade de adoção de menores, bem como as modalidades desta existentes no país. Sobre isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente,

institui, segundo o art. 42, que, enquanto perfil que compõe os pré-requisitos para adotar: é necessário ter mais de dezoito anos; uma diferença de, no mínimo, dezesseis anos entre adotante e adotado; não podendo ser ascendente ou irmão do adotando; independente do estado civil. Reitera-se que, ainda de acordo com o ECA, art. 43: “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos” (BRASIL, 1990), priorizando assim, o bem-estar da criança e do adolescente, instituído nesse mesmo estatuto.

Dito isso tem-se que a ida de crianças e adolescentes para unidades de acolhimentos faz parte de uma estratégia de cuidado voltado a uma parcela dos indivíduos que usufruem da PSE. Nessas instituições de acolhimento os indivíduos devem receber, além de proteção e cuidado, uma preparação adequada para que possam sair do quadro de risco e seguirem com sua vida de forma mais digna. Ao sair das instituições devido à maioridade, e após o período de adaptação (de seis meses) diante dessa saída, os sujeitos passam da PSE para a PSB, logo, o cuidado passa a ser mais generalizado, suspendendo os cuidados individualizados, e deixando isto a cargo do próprio sujeito.

Ainda discorrendo acerca das políticas públicas e regulamentos governamentais em associação com este tema, tem-se que, conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, firmado pela lei nº 8.069/1990, esse acolhimento institucional configura-se enquanto “medida provisória e excepcional”, diante da impossibilidade de outras alternativas capazes de oferecer melhores condições de cuidado para os infantes. Dessa forma, é importante considerar acerca do processo de preparação desses indivíduos, na construção de sua autonomia e desenvolvimento de suas habilidades, haja visto que em dado momento, precisarão seguir a vida fora da instituição (BRASIL, 1990).

Pautado na conservação da dignidade humana e no asseguramento de direitos, o ECA, em concordância com a Constituição Federal, estabelece o direito à saúde, ensino, alimentação, moradia e lazer, e aponta que, no caso de infantes que estejam em unidades de acolhimento, o Estado será responsável por acompanhar esse público, fornecendo o necessário conforme seus direitos. Entretanto, o ECA foi criado visando a garantia de direitos de crianças e adolescentes, ou seja, pessoas entre 0 e 18 anos incompletos, e, em casos excepcionais, possibilitando a extensão desse cuidado até aos 21 anos, apesar de não ficar claro o que seria um caso excepcional. (BRASIL, 1990; 2016).

Com isso, com a completude da maioridade, o que vale para o indivíduo passa a ser o que está estabelecido na Constituição Federal, logo, a responsabilidade estatal com essas pessoas também muda, visto que se entende que, após o fim da adolescência e início da idade

adulta, o indivíduo apresenta-se enquanto capaz de autorresponsabilizar-se pelos seus atos e cuidados. Entretanto, vale questionar se o critério da idade cronológica seria suficiente para determinar quando alguém se torna, de fato, adulto (BRASIL, 1990; 2016).

A questão então passa a ser a qualidade da preparação do indivíduo, pelas instituições de acolhimento, diante da certeza de que esses indivíduos precisarão deixar a unidade em algum momento. Porém, faz-se necessário pontuar que nem todos terão o mesmo tempo de preparação, visto que algumas pessoas chegam às instituições no início da infância e outras no fim da adolescência, sem que, por vezes, apresentem uma base de ensino adequada, juntamente à possível presença de inúmeras outras vulnerabilidades, o que faz com que, por vezes, a tentativa de inserção em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho, não sejam suficientes para garantir a qualidade de vida do sujeito após sua saída das instituições.

3 A REALIDADE ACERCA DA ADOÇÃO NO BRASIL

Segundo o Relatório Estatístico do Cadastro Nacional de Adoção mais recente (2021), a disparidade entre o número total de cadastros referentes aos pretendentes à adoção que se encontram disponíveis (42.786), em contraste ao número de crianças e adolescentes disponíveis (3.920), aponta para dados que indicam que para cada infante que está pronto para a adoção, há quase onze (10,91) pretendentes prontos para realizar o processo, fazendo com que haja uma extensa fila de adoção, ainda que exista um grande número de pessoas aguardando pela realização desse processo (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021).

Um dos motivos que leva a isso dá-se pelo contraste entre o perfil desejado pelo adotante e os perfis disponíveis dos adotandos, no que se refere à preferência por cor, idade, sexo, dentre outros. Ainda de acordo com Relatório apresentado, seus dados revelam que o percentual de aceitação do perfil do infante cai, consideravelmente, de acordo com o avanço da sua idade, visto que a maior parte dos pretendentes tem preferência por adotar crianças menores de 5 anos, sendo a adoção, nessa idade, já considerada como “tardia”³. Essas informações apontam para outras reflexões, inclusive considerando o destino de adotandos que adentram nas instituições de acolhimento quando já estão mais velhos, bem como do tempo que leva até que possam estar, de fato, disponíveis ao processo de adoção.

Paiva (2004) e Weber (1999) apud Maux e Dutra (2010) discorrem acerca das múltiplas representações atreladas à adoção ao longo da história, que vão desde aspectos religiosos a políticos, estando estes atravessados por questões culturais ligadas à

³ Há autores que não utilizam esse termo por considerar que nunca é tarde para adotar.

generatividade, ou seja, à valorização da perpetuação de uma família através dos conhecimentos passados entre gerações, por meio dos descendentes destas. Sendo assim, identifica-se a percepção da criança enquanto produto de satisfação aos desejos familiares. Interligando esse fator histórico com os dados de preferência em relação ao perfil de adoção, é possível considerar a possibilidade de que essa preferência se daria pela crença de que seria mais fácil inserir o infante na cultura familiar ainda durante a infância, facilitando o processo adaptativo, e, também, aproximando a criança dos ideais e valores dessa família, ocorrendo, por vezes, uma tentativa de supressão da história pregressa desse sujeito.

Diante dessa realidade, têm-se que muitos indivíduos perdem a esperança de ser adotados já no início da adolescência, devido estarem cientes dessa realidade em torno da preferência por crianças mais novas, e com isso, iniciam-se as preocupações em torno da incerteza do seu futuro, visto que reconhecem a necessidade de deixar a unidade de acolhimento após os 18 anos.

3.1 COMO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÃO PARA AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Diversas são as possibilidades que resultam na ida de crianças e adolescentes para unidades de acolhimento. Apesar de esta ser uma medida extrema, dado a separação do infante de sua família, são considerados, diante disso, o melhor interesse da criança, visando seu bem estar biopsicossocial, bem como a garantia de seus direitos e a presença de um ambiente adequado para seu desenvolvimento. Sendo assim, é necessário, para que essa medida se efetive, que sua família não ofereça condições suficientes de cuidado e proteção que assegurem o que fora mencionado anteriormente.

Dessa forma, são consideradas enquanto medidas que podem fazer com que o infante seja retirado de sua família de origem e posto para adoção: violação dos direitos da criança/adolescente tais como identificação de casos de negligência, violência física, sexual e/ou psicológica, abandono, entrega voluntária da criança pela mãe (mediante acompanhamento de equipe responsável), cuidadores incapacitados de exercer o cuidado, seja por uso abusivo de entorpecentes, presença de transtornos mentais severos ou condições de saúde limitantes, dentre fatores diversos, não descritos aqui, que apresentem violação dos direitos das crianças/adolescentes e/ou os coloque em situação de risco. (BRASIL, 1990)

Com isso, diante da identificação de alguns desses fatores, deve ser acionado o órgão responsável por averiguar a situação do infante e verificar o que pode ser feito para que seus direitos sejam assegurados e que este permaneça em condições seguras, sendo a ida do sujeito

para unidades de acolhimento uma medida extrema, quando não há melhores alternativas possíveis. Geralmente o Conselho Tutelar é acionado para lidar com questões neste âmbito, sendo incutido a estes o dever de prestar a assistência necessária a esse público. Entretanto, Rabelo et al. (2015) colocam que:

[...] o Conselho Tutelar é o órgão que mais encaminha menores para as instituições, apesar de a lei 12010/09 definir, claramente, que esse encaminhamento é de competência exclusiva da autoridade judiciária. Analisando a legislação e doutrinas, o conselho tutelar não tem mais “o poder” para retirar uma criança da companhia da família e colocar em medida de proteção de acolhimento institucional, porém essa prática ainda é realidade atualmente. (p. 12)

4 RESPONSABILIDADE ESTATAL APÓS A SAÍDA DE INDIVÍDUOS SEM VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS PROTETIVOS, DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Enquanto tópico crucial para a presente pesquisa, e em complemento à complexidade do assunto em questão, faz-se indispensável a consideração acerca das políticas públicas existentes direcionadas aos adultos jovens após a saída destes das instituições de acolhimento, sendo possível identificar três projetos de lei relativamente recentes direcionados a este público, sendo estes: 1) P.L. n° 507, de 2018, que institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes; 2) P.L. n° 557, de 2019, que concede prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar; 3) P.L. n° 252, de 2020, que destina cinco por cento das vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional a adolescentes órfãos, reajusta o valor do benefício mensal do Projovem-Trabalhador e do Projovem-Urbano, dentre outros benefícios que visam uma boa adaptação dos infantes após a saída da instituição, juntamente à oportunidade de melhor desenvolvimento da autonomia financeira destes. (BRASIL 2018; 2019; 2020)

Até o presente momento, o Projeto de Lei que apresenta maiores benefícios para este público específico é o n° 2528, de 2020, pois possui caráter federal, e discorre acerca não apenas da destinação de vagas em ensino profissionalizante, mas também faz modificações na lei n° 8069/1990, no que se refere à preparação desses indivíduos para a saída do local, sendo iniciado o processo de preparação para o trabalho aos 14 anos, através de cursos técnicos profissionalizantes, programas de aprendizagem e outros. Para além disso, também visa conceder a esses jovens prioridade “no acesso aos programas e projetos públicos que tenham como finalidade: a) financiamento estudantil; b) acesso ao primeiro emprego; c) habitação popular; d) atendimento psicológico especializado, com acesso a medicamentos” (p. 4). Com isso, visa assegurar os direitos desses indivíduos, pensando em um real acompanhamento para

estes, de modo a oferecer maior segurança e cuidado para este público. Entretanto, apesar de tratar-se de um excelente projeto, este ainda está em andamento, não tendo sido efetivado. (BRASIL, 2020).

Um importante documento que discorre acerca dos cuidados com infantes acolhidos, e também faz considerações acerca dos jovens a partir dos 18 anos, trata-se do: *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Neste estão contidas informações tanto acerca do processo de educação e autonomia na infância, à preparação para fortalecimento de vínculos comunitários (diante da perspectiva da não-adoção), como da importância das Repúblicas, que acolhem jovens entre 18 a 21 anos, ex-residentes em instituição de acolhimento (BRASIL, 2009). Esses espaços são de suma relevância, visto que propiciam um período de adaptação à vida fora das unidades de acolhimento, dado que este permite maior autonomia e responsabilidade aos sujeitos. Entretanto, não são todos os municípios que dispõem dessa estrutura.

Para os jovens que saem das instituições, não tem uma família para ir, sua cidade não dispõe de uma república, e este não possui recursos suficientes para manter-se, eles tem direito a, além do Bolsa Família, o Aluguel Social, assegurado pela Lei nº 8.742/93 (BRASIL, 1993). Este aluguel trata-se de uma medida assistencial de urgência que oferta, por tempo limitado, uma quantia mensal que seja suficiente para custear o aluguel de uma casa popular. Tal medida auxilia nesse processo de adaptação fora da instituição, dado que visa evitar o desabrigo. Vale ressaltar, no entanto, que esta quantia só será destinada para casas que estejam devidamente registradas e em conformidade com o estabelecido legalmente, não sendo possível o aluguel de espaços que estejam irregulares com o Estado.

5 METODOLOGIA

5.1 TIPO DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO CAMPO-TEMA

Esta pesquisa está pautada no construcionismo, caracterizando-se este, não enquanto teoria, visto que não trabalha a partir do estabelecimento de uma verdade, mas enquanto movimento e prática que objetivam, por meio de uma postura crítica e antiessencialista, questionar a postulação de verdades cristalizadas. Dessa forma, têm-se a linguagem e o discurso, bem como os atravessamentos sócio-históricos concernentes a estes, tanto enquanto meios de construção coletiva de múltiplas realidades sociais, como meios que possibilitam a aproximação dessas realidades através da produção de sentido advinda destes. Assim, não há um saber postulado a ser conhecido, o que existem são múltiplas versões de uma realidade

coletiva que podem ser pensadas a partir das práticas discursivas identificadas nesse meio (MÉLLO et al., 2007).

Pensando a significação de campo dentro das práticas construcionistas, Spink (2008) pontua que este abrange um espaço para além da representação comumente adotada nos âmbitos de pesquisa, que o estabelecem enquanto um lugar físico, restrito, no qual são gerados/produzidos os dados de pesquisa. Para o autor, a maior relevância não está limitada a um espaço físico, mas sim ao tema pesquisado, tornando-se este, dessa forma, no verdadeiro campo de pesquisa, nomeando-se campo-tema. Dessa forma, pontua que, independente de onde o pesquisador esteja, pode deparar-se com conteúdos, informações e diversos aspectos relacionados ao seu objeto de pesquisa, deparando-se, configurando-se, naquele momento, um campo de pesquisa.

No caso desta pesquisa, os espaços utilizados para a junção de informações acerca da realidade em questão se deram através de um campo virtual, mais especificamente por meio das mídias digitais, destacando o YouTube, no caso das falas extraídas a partir de duas reportagens e um documentário.⁴ Sendo assim, não constitui, especificamente, um campo físico, mas tem suas informações extraídas a partir destes, em diferentes cidades e ambientes, mediante a observação e problematização da(s) realidade(s) em análise.

Apesar de o modelo de pesquisa documental não permitir o contato direto com os interlocutores presentes nos arquivos, é possível, no caso dos materiais audiovisuais, observar as expressões, as falas e a conotação nestas impressas, tornando-se, portanto, uma fonte de informação favorável para uma avaliação adequada.

Quadro 1

Título da obra: Caminhos da Reportagem – Histórias de Abrigos				
Ano de produção: 2017	Produtor: TV Brasil	Duração: 57min 58seg	Classificação: Reportagem	Local de produção: Distrito Federal; Pernambuco
Resumo: Essa reportagem abrange a história de jovens de diferentes localidades e situações, buscando compreender como se dá a vida destes em instituições de acolhimento e após sua saída do local, considerando ainda a preparação para essa saída, projetos de adoção, ida para repúblicas e indivíduos que não estão mais na instituição por terem encontrado uma família. Para adentrar nesse contexto, entrevistam tanto esse público mencionado, como os profissionais que trabalham, direta e indiretamente, cuidando destes. Neste artigo serão utilizados apenas os discursos das pessoas que se apresentam dentro das condições de preparação para saída e saída em decorrência da completude da maioridade.				
Título da obra: Depois do Abrigo				
Ano de produção: 2016	Produtor: Carolina Vieira; Mayara Marques	Duração: 13min 43seg	Classificação: Documentário	Local de produção: São Paulo
Resumo: O documentário intitulado <i>Depois do Abrigo</i> (2016) aborda a história de cinco jovens que residiam em unidades de acolhimento, não tiveram o processo de adoção efetivado e precisaram sair do local após a				

⁴ Como apresentado no Quadro 1.

completude da maioridade. Diante disso, a fala desses jovens servirá, neste artigo, como base para as reflexões em torno dos caminhos trilhados por essas pessoas diante da chegada à vida adulta. Os nomes utilizados serão hipotéticos, dado que o documentário não revela essa informação.

Título da obra: O futuro de jovens que não foram adotados - TVAL

Ano de produção: 2012	Produtor: Fernanda Fontoura	Duração: 9min	Classificação: Reportagem	Local de produção: Santa Catarina
---------------------------------	--	-------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------

Resumo: A reportagem *O futuro de jovens que não foram adotados*, produzido por Fontoura (2012) aborda a questão da completude da maioridade diante da não-adoção de jovens residentes em casas de acolhimento. Tal arquivo explora dados referentes às dificuldades de adoção mediante os perfis exigidos pelos pretendentes, semelhante ao que fora discutido anteriormente neste artigo, bem como questões referentes ao esperado para jovens que se encontram nessa situação, dentro das medidas legais cabíveis, em contraste com a realidade experienciada por indivíduos nessas condições. Para tanto, a repórter escuta tanto profissionais da área, como adolescentes que estão se preparando para sair, incluindo ainda um que já deixou a unidade de acolhimento. Dessa forma, tendo falas que, apesar de comporem um mesmo contexto, se diferenciam pelas especificidades deste.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS INTERLOCUTORES

A pesquisa foi realizada a partir das falas expressas por 17 jovens, com idades variadas⁵, residentes em diferentes localidades do Brasil, sendo estes, ex-residentes em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes sem vínculos familiares e comunitários protetivos, na qual os interlocutores já estiveram disponíveis para adoção, mas não tiveram o processo efetivado, seja pela falta de adotantes ou por motivos diversos, considerando ainda a fala de adolescentes que já iniciaram os preparativos para deixar o local de acolhimento, mas ainda não efetivaram sua saída.

Para além dos discursos desses jovens, foram consideradas também as falas de diferentes profissionais que atuam diretamente com esse público, a respeito do processo de acompanhamento com os adolescentes para preparação à saída, bem como acerca do que estes profissionais percebem e pensam acerca da realidade experienciada por estes jovens diante da necessidade de deixar a unidade de acolhimento.

Quadro 2

Nome	Idade que chegou no acolhimento	Idade atual	Motivo do ingresso	Documentário/reportagem
Joaquim de Moraes	7/8 anos	Não consta	Pessoa em situação de rua	Depois do Abrigo

⁵ Como apresentado no Quadro 2, não foi possível determinar a faixa etária média, visto que algumas informações não foram fornecidas pelos matérias base.

Rangel Luiz	Não consta	Não consta	Pais usuários de drogas/ Menino com problemas de saúde	Depois do Abrigo
João	Não consta	Não consta	Mãe faleceu/ Irmã não tinha condições de criar	Depois do Abrigo
Michelle Rodrigues	Não consta	Não consta	Tentativa de violência sexual por parte do pai	Depois do Abrigo
Kelly Rodrigues	Não consta	Não consta	Tentativa de violência sexual por parte do pai	Depois do Abrigo
Júlia *	9 anos	17 anos	Pais não tinham condições de criar	Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo
Jonas *	7 anos	17 anos	Fugiu de casa várias vezes devido a conflitos com mãe e padrasto. Mesmo com as tentativas de reintegração, preferia fugir e ficava na rua.	Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo
Ana Carolina	4 anos	15 anos		Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo
Lucilayne	10 anos	15 anos	Maltratos pela avó/ Tia sem condições de criar	Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo
Crislayne	12 anos	17 anos	Maltratos pela avó/ Tia sem condições de criar	Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo
Davi *	Chegou há 9 anos	Não consta	Não consta	Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo
Lady Daiane	Não consta	19 anos	Não consta	Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo
Nataline	Não consta	19 anos	Não consta	Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo
Sarah	Não consta	19 anos	Não consta	Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo
Joana *	Não consta	Não consta	Não consta	O futuro de jovens que não foram adotados - TVAL
Lucas *	9 anos	16 anos	Não consta	O futuro de jovens que não foram adotados - TVAL
Lori	Não consta	18 anos	Abandonado pela mãe na maternidade	O futuro de jovens que não foram adotados - TVAL

5.3 PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

A fim de realizar a produção das informações necessárias à construção de sentido acerca da realidade pesquisada, a partir da perspectiva campo-tema, o procedimento técnico utilizado deu-se através da pesquisa documental, que, de acordo com Gil (2002) caracteriza-se pela utilização de materiais diversos para análise de uma realidade ou situação,

aproximando-se muito, segundo o autor, da pesquisa bibliográfica, e diferenciando-se dela devido a possibilidade da utilização de “materiais que não receberam ainda um trato analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (p. 45).

Dessa forma, foram utilizados enquanto instrumentos de pesquisa um documentário e duas reportagens⁶, sendo estes arquivos audiovisuais. Tais documentos discorrem acerca da realidade das unidades de acolhimento, abordando as dificuldades enfrentadas por jovens diante da necessidade de deixarem esse local em decorrência da idade. Estes materiais variam em termos de estrutura, local de produção, público abordado, detalhamento e apresentação das informações.

5.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

No que se refere à análise dos dados, será realizada uma análise diagnóstica a partir dos dados produzidos através dos documentários, reportagens e notícias, buscando compreender as questões intrínsecas ao conteúdo coletado, utilizando-se, para tanto, da análise de discurso, que, segundo apontamentos de Pinheiro (2013), pauta-se em uma análise metodológica que visa uma interpretação dos dados através de um viés mais amplo, que objetiva compreender o discurso emitido considerando os aspectos sociais, históricos, econômicos, religiosos e políticos implícitos neste, para então entender o sentido expresso através da emissão desse discurso, de modo que sua significação se dê para além de conceitos pré-estabelecidos.

Para tanto, une-se a essa metodologia a utilização dos Mapas Dialógicos, os quais permitem uma melhor organização do discurso emitido através da linguagem, por meio de recortes de frases e/ou palavras comumente expostos por diferentes participantes, à respeito de uma realidade/do tema, para então extrair o sentido intrínseco nas práticas discursivas, possibilitando uma vasta análise e ricos resultados, tais como “dar visibilidade à interanimação dialógica, aos repertórios interpretativos, a rupturas, ao processo de produção, a disputas e negociações de sentidos, a relações de saber-poder e a jogos de posicionamento.” (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014, p. 247).

Dessa forma, os mapas dialógicos, nesta pesquisa, servirão como ferramenta para sistematizar uma garimpagem de trilhas de vida em narrativas produzidas em reportagens e documentário audiovisuais. Ressalta-se que o que o que aqui é cunhado como “trilha de vida”,

⁶ Conforme apresentado anteriormente na Tabela 1.

refere-se a fragmentos de trajetórias narradas pelos interlocutores, que dão indícios das suas vivências e dos sentidos a elas atribuídos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração dos mapas dialógicos resultou na formação de três categorias, as quais compõem os subtópicos de discussão que possibilitam a observação dos resultados alcançados através dessa pesquisa. Tais segmentos são: 1) *Chegada e saída da instituição: proteção e desamparo*, que considera as vivências dos indivíduos na unidade de acolhimento diante do momento em que adentraram nessa instituição, em contraste com a percepção da necessidade do momento de deixar o espaço; 2) *Sentidos dos vínculos familiares: “pais são tudo”*, que aponta para a importância das vinculações afetivas, para estes indivíduos, diante do contexto no qual se apresentam, sendo, por vezes, base para a forma como se vinculam à própria instituição, ao modo de percepção familiar, e aos desejos de reencontro com os genitores; e 3) *Tecendo uma morada fora da instituição de acolhimento*, que discorre acerca da vida após a saída dos sujeitos dessas instituições de acolhimento, considerando dificuldades e ajustamentos positivos.

6.1 CHEGADA E SAÍDA DA INSTITUIÇÃO: PROTEÇÃO E DESAMPARO

Há uma multiplicidade de fatores envoltos nos motivos pelos quais uma criança ou adolescente deixa a convivência familiar para residir em unidades de acolhimento, sendo as principais razões identificadas, de acordo com apontamentos de Pinto e Medeiros (2016, p. 854): “uso de SPA – substâncias psicoativas pelos genitores; negligência; agressão física; desistência da guarda; doença dos genitores; genitora em situação de rua (não realização de pré-natal); conflito familiar; suspeita e/ou abuso sexual; retorno de adoção”. Alguns dos motivos apresentados podem ser identificados nas falas dos interlocutores da pesquisa, como mostrado a seguir:

“Meu pai tentou abusar da gente... Aí foi um certo momento que a gente foi pro abrigo” (Kelly - Depois do Abrigo)

“Eu era um menino de rua, aí eu consegui morar na Casa do Caminho, que é uma casa de abrigo. (...) Eu vivia na rua por causa (da/que) minha mãe (que) bebe até hoje, e meu pai era largado da minha mãe.” (Joaquim - Depois do Abrigo)

“Eu fui por conta da minha família, dos meus pais, eles eram usuários de drogas, eu tinha alguns problemas de saúde, né, então acabei indo pra tenda” (Rangel - Depois do Abrigo)

“Minha mãe faleceu e minha irmã não tinha condições de cuidar de mim. Ai eu acho que foi por denúncia de vizinhos, né” (João - Depois do Abrigo)

Apesar da brevidade dessas falas, é possível identificar diferentes contextos de desamparo e desproteção que antecedem o ingresso dos infantes nas instituições de acolhimento, visto que os cuidadores destes não se apresentavam em condições de fornecer o cuidado que estes necessitavam, pelo contrário, representavam figuras de risco para essas crianças, considerando o uso de entorpecentes, o comportamento violento, a ausência de um ambiente seguro e a fragilidade no cuidar. Halpern e Figueiras (2004) apontam para a forte influência que o ambiente pode exercer sobre a saúde mental da criança, ressaltando que um ambiente desfavorável, principalmente em aspectos sociais e psicológicos, pode gerar impactos negativos na vida do infante, atrelando prejuízos ao seu desenvolvimento, podendo ocasionar problemas emocionais e prejuízos à saúde mental.

Nota-se ainda, pelo modo como discorrem acerca de suas vivências, que, por mais que já tenham passado alguns anos, sua história de vida pregressa à instituição acompanha seus registros mnêmicos de forma marcante, possibilitando que estes discorram direta e claramente acerca da suas realidades. Vale ressaltar que chama a atenção os diferentes modos de reprodução dessas memórias pelos interlocutores. Enquanto Joaquim e Rangel pontuam acerca disso com mais detalhes, Kelly coloca a história dela e da irmã, Michelle, da forma mais breve possível, acompanhando de sua fala, microexpressões de nojo. Já para João, percebe-se que parte da sua história passa pelo campo do desconhecido - "aí eu acho..." - Tais percepções nos levam à melhor compreensão acerca do processo subjetivo com o qual cada indivíduo se relaciona com suas vivências, assim como cada um, de acordo com o contexto de onde vieram, possuem suas especificidades de cuidado.

Observa-se ainda que, ao chegar à instituição os indivíduos apresentavam necessidades de cuidado básicas imediatas, e que, portanto, o acolhimento foi marcado pela supressão de parte dessas demandas, porém, a necessidade de afeto, atenção e carinho também se configura enquanto algo que faz falta na vida desses infantes, e que eles buscam dar conta dessa falta, como será melhor detalhado no próximo tópico. Mandú (2004) pontua acerca da necessidade de um olhar específico diante das diferentes possibilidades de cuidado na área da saúde, compreendendo as subjetividades concernentes a cada indivíduo, que exige diferentes formas de intervenção de acordo com o que o sujeito apresenta enquanto demanda. Esse aspecto nos leva à consideração acerca da importância do olhar subjetivo para cada infante acolhido, reconhecendo que, tanto durante sua estadia na instituição, como mediante à preparação para saída e para adaptação fora da unidade, as demandas apresentadas se darão de modo

individual, e espera-se que as instituições estejam preparadas para lidar com essas questões, desde o momento da chegada à saída desses sujeitos.

Dessa forma, têm-se que, em boa parte das vezes, esses infantes vem de um contexto no qual estão presentes inúmeras vulnerabilidades, sendo responsabilidade do Estado, segundo a Constituição Federal de 1988 e a lei 8.069/90, assim como discutido anteriormente, oferecer os cuidados necessários para que esse público se desenvolva de forma a preservar sua dignidade humana. Entretanto, faz-se mister ressaltar que existem limites para essa responsabilização, sendo um deles, a idade (BRASIL, 1990/2016). Tal fato nos faz considerar onde começa e termina o amparo por parte das instituições de acolhimento, e como isso implica na vida dos indivíduos institucionalizados. Fazendo o recorte de algumas falas, é possível compreender melhor como se deu esse processo de acolhimento, e as significações presentes em torno disso para os interlocutores:

“Aí eu cheguei, aí a coordenadora lá do orfanato recebeu eu e meus irmãos bem, muito bem. Eu lembro que quando a gente chegou, ela já separou a roupa pra mim e pros meus irmãos, aí já apresentaram a casa, apresentaram as crianças, os internos que moravam lá também, e foi assim...” (João - Depois do Abrigo)

“Ah... No primeiro dia eu lembro quando eu cheguei lá eles chamaram todo mundo pra almoçar. Aí falo ‘óia, faz a fila’. Nossa... Aquilo ali pra mim foi tudo! (...) Esse dia não sei nunca da minha cabeça, porque é um lugar que... aonde eu aprendi a comer, sabe?” (Joaquim - Depois do Abrigo)

“Eu chorava muito, né, porque eu não queria ficar, não conhecia aqui, mas depois eu fui me acostumando. Eu acabei gostando daqui, mas já aprendi muita coisa aqui dentro. A aldeia me ensinou muita coisa que meus pais não pôde me ensinar, eles me ensinaram.” (Júlia - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo)

“É como uma casa normal, só que aqui a gente não tem mãe, tem as tias que faz o papel da mãe, aí elas reclama com a gente quando a gente tá errada, quando a gente faz alguma coisa que não deve, aí elas fala com a gente e conversa” (Ana Carolina - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo)

Tais falas nos remetem que, assim como mencionado anteriormente, cada indivíduo possui uma especificidade de cuidado, o que transparece melhor nessas falas. Para Joaquim, que vivia em situação de rua e já experimentou "passar fome" (SIC), o acolhimento foi marcado pela oportunidade de ter acesso à alimentação. Para João, cujos cuidados direcionados à sua pessoa eram restritos, ter um ambiente que fornecesse um ambiente mais semelhante ao de um lar tornou-se significativo. Júlia, apesar de sua resistência em permanecer, reconhece que, através da instituição, teve acesso a processos de aprendizagem dos quais sua família de origem não poderia oferecer, enquanto Ana Carolina percebe o cuidado através da aproximação da postura das cuidadoras com a imagem que ela tem de "mãe", figura a qual ela se emociona ao pontuar que não conheceu.

Percebe-se, por meio dos discursos emitidos pelos interlocutores, que as unidades de acolhimento representam um espaço de cuidado e proteção, na medida em que esses indivíduos chegam às instituições com necessidades específicas, e recebem o apoio necessário para que se desenvolvam em um ambiente que possibilite esse desenvolvimento. Essas necessidades podem ser de alimentação, abrigo e vestimentas, como visto através da fala dos interlocutores, ou ainda de alguém que exerça, mesmo que parcialmente, essa função materna/paterna em suas vidas, proporcionando o amparo necessário de acordo com a especificidade de cada infante, considerando ainda que estas não se apresentam de forma isolada, mas de forma múltipla e inter cruzada.

Sabe-se, no entanto, que esse acolhimento é temporário, e que durante o período de sua permanência no local, precisam preparar-se, desde cedo, para deixar o local no qual eles foram, supostamente, amparados. Honorato (2011) aponta para a necessidade de preparação gradativa no que se refere à saída desses jovens das unidades, afirmando que, quando isso não ocorre, as possibilidades de resultados efetivos na vida destes indivíduos são minimizadas, dado as significativas mudanças observadas diante da transição do contexto institucional para um ambiente externo que exige autorresponsabilidade e autonomia. Observa-se, na fala dos interlocutores, o medo e insegurança presentes diante da percepção dessa saída da unidade.

“Vou ter meus 18 anos, vou sair do acolhimento. Como vai ser? Que toda minha vida foi no abrigo, né? Quase toda minha vida foi no abrigo” (Ricardo - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo)

“A gente não tem lugar pra ir quando sair daqui” (Lucilayne - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo) – se emociona ao falar isso

“Arrumar um emprego e vencer na vida daqui pra frente, né? Que eu tô quase com 18 anos. (...) Muito medo. Tipo de com 18 anos o cara tem que ter uma responsabilidade muito grande. Aí tipo, eu não tenho aquela responsabilidade toda, de for mandado mim tipo sair do abrigo e construir minha vida só” - o ideal seria permanecer no acolhimento: “Até quando eu conseguir arrumar meu emprego, meu estudo, pq eu ainda não tenho muita estrutura” (Jonas - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo)

“A gente completa os 18 anos, na verdade 17 anos e 11 meses. A gente completa, a gnt já tem que ter noção de pra onde que a gnt vai. E a minha opção era ou ir pra casa da minha mãe, ou ir pra república” (Michelle - Depois do Abrigo)

“Sinto um pouco de medo de não conseguir fazer tudo que eu quero (...) De não conseguir arrumar emprego, de não conseguir arrumar casa pra mim morar. (...) Quero sair daqui, quero ser alguém na vida, quero fazer faculdade, quero fazer um monte de coisa. Tudo que eu imagino” (Joana - O futuro de jovens que não foram adotados - TVAL)

-Isso (a saída da instituição) te preocupa? “Sim, muito. Tipo... não ter um lugar pra ir, pra morar” (Lucas - O futuro de jovens que não foram adotados - TVAL)

Estas são as falas dos adolescentes ao se depararem com a necessidade de deixar a instituição em decorrência da completude da maioridade civil. Nota-se que o medo e a insegurança perpassam por boa parte dos discursos apresentados, o que demonstra que a saída do local chega como um momento de desamparo, dado que a maior parte dos interlocutores demonstram não se sentir preparados para lidar com a realidade fora do acolhimento, o que se apresenta enquanto uma questão de desinformação acerca de sua própria realidade. Se os jovens estão sendo devidamente preparados e se há uma rede de apoio que ofereça o suporte para estes, fica o questionamento sobre os motivos que levam esses indivíduos, prestes a deixar a instituição, a se questionarem tanto acerca do seu destino, demonstrando nítida incerteza.

Outro aspecto a ser pontuado dá-se pela frequência da utilização do termo “ser alguém na vida”, o que leva à reflexão acerca do momento em que se passa a ser alguém, e de como esses jovens se percebem atualmente, tendo em vista que ainda desejam tornar-se alguém. De acordo com apontamentos de Moreira (2018), esse termo estaria associado à perspectiva de como o acesso, continuação e desenvolvimento dos estudos está intimamente ligado ao processo identitário dos indivíduos, sendo estes atravessados por aspectos culturais e sociais, destacando “a lógica de que só através de uma educação (e de uma educação especializada) eles terão oportunidade de atingir um patamar mínimo de condição social, de reconhecimento de sua existência e de seus valores (ideário atual de cidadania)” (p. 7)

Destaca-se também que os objetivos de concluir os estudos, fazer uma faculdade e conseguir um emprego, são comuns à sociedade em geral, e que fazem menção direta à perspectiva de “ser alguém na vida”, dado o cumprimento das normas sociais pré-estabelecidas, entretanto, pouco nota-se acerca de desejos mais subjetivos. Além desse fator, é importante pensar se as instituições de acolhimento são capazes oferecer o suporte necessário para que esses jovens atinjam esses objetivos, principalmente considerando que alguns indivíduos já chegam ao acolhimento com uma idade mais avançada, e com a base de ensino, educação e afins, de forma disfuncional, o que impacta diretamente no modelo de preparação destes para o momento de saída da unidade.

6.2 SENTIDOS DOS VÍNCULOS FAMILIARES: “PAIS SÃO TUDO”

Ao pensar nas significações da palavra “vínculo”, o *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras* refere-se ao termo como: “aquilo que relaciona duas ou mais coisas entre si; (...) Relação forte de sentimentos e de afetividade: os vínculos entre mãe e filho” (BECHARA, 2011, p. 1921-1922). Tal significado apresenta a correlação comumente feita

entre afeto e relações familiares, principalmente no que se refere às funções maternas, que, como apontado por Veras (2020), geralmente estão associadas à ideia de cuidado, proteção e amor incondicional, configurando-se enquanto um discurso historicamente perpetuado que deve ser questionado. Dito isso, observa-se presente nos discursos dos interlocutores, falas voltadas à percepção da falta do que essa mãe seria, supostamente, capaz de oferecer, e que, por não terem tido acesso a isso durante sua infância e adolescência, boa parte dos indivíduos continuam procurando essa afetividade, tanto durante a estadia nas unidades de acolhimento, como após sua saída do local, como é possível identificar nas seguintes falas:

“Eu quero encontrar minha mãe. A minha mãe é tudo pra mim. As vezes as pessoas não sabem que eu fico pensando na minha mãe. Só que eu falo bem assim pras pessoas: ‘não precisa se preocupar comigo, eu tô bem’” (Davi - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo)

“Meu sonho é construir minha família, procurar minha mãe e ficar com ela, nós duas. E construir minha vida também, né? (...) Ela não pôde estar aqui me dando carinho e atenção, mas eu considero ela como minha mãe. Eu perdoo ela por tudo. Por tudo, por tudo. (...) Sinto falta dela.” (Júlia - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo) - se emociona ao falar.

A interlocutora diz que gostaria de ser adotada para ter a chance de experimentar o “carinho e amor que eu nunca tive da minha mãe” (Lady Daiane - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo).

“Pai, o senhor e minha mãe, eu amo vocês muito. E minhas filhas também, lógico, né, e minha esposa também que tá aqui do meu lado em São Paulo. Eu amo vocês muito. Vocês é tudo na minha vida. (Joaquim – Depois do Abrigo)

No decorrer de suas falas, Júlia faz várias menções à figura materna, e ao “sonho” (SIC) que possui em compartilhar a vida ao lado desta. A emoção se faz presente em alguns momentos, e o conjunto observado torna nítido o sofrimento da adolescente em torno da falta que sente da sua genitora. Assim também ocorre para Davi e Lady Daiane que, apesar de serem maiores de idade e já não estarem mais na instituição de acolhimento habitual, manifestam o desejo em experimentar esse cuidado materno, ao passo que Davi, assim como Júlia, deseja reencontrar diretamente essa genitora. No caso de Joaquim, ele já vive fora da instituição, e não fica claro no documentário como se deu a reaproximação deste com seus genitores, mas percebe-se que ele nutre grande carinho por estes, assumindo a família como “tudo” em sua vida.

Reitera-se que, por mais que os cuidadores das unidades de acolhimento ofereçam condições que se aproximem, em alguns momentos, dessa figura materna, existe uma necessidade de atenção desses infantes particularmente demandado às suas genitoras, o que ocasiona, em casos como o de Ana Carolina, até mesmo em dificuldades para a efetivação da adoção, como relatado por ela: “Eu não queria ser adotada, porque eu só queria uma família

normal, mas eu queria a minha” (SIC). Em casos como esse, o ECA, em adesão à lei nº 12.010, de 2009, determina, como está escrito no Art. 28, parágrafo segundo que: “Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência” (BRASIL, 1990). Tal aspecto permite a observação de dois pontos: 1) A lei assegura que o infante seja considerado e ouvido, em meio ao seu processo, independente do que pareça mais assertivo perante a consideração de terceiros; 2) Mesmo com o avanço da idade, a redução da probabilidade de adoção e a incerteza do retorno para sua família de origem após a saída da instituição, há um vínculo que sustenta o posicionamento perante o desejo de não ser adotada.

Outro fator associado à recusa por uma família adotiva por parte dos preteridos à adoção, dá-se pelo vínculo estabelecido com os irmãos biológicos, dado que, segundo apontamentos de dados do Conselho Nacional de Justiça (2021), boa parte dos pretendentes optam pela não adoção de irmãos, o que implica na necessidade de separação destes, em caso de adoção, e assim, na rejeição dos infantes mediante esse processo, como observado nas seguintes falas:

“Já veio gente querendo adotar, mas não as duas. Já veio umas cinco pessoas querendo me adotar, mas não adotar minha irmã junto comigo, só eu, aí a gente não quer. Quer só se for as duas. Porque a gente só tem eu ela e ela eu. Só nós duas.” (Lucilayne - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo)

“Eu queria ficar com meus irmãos, eu não queria ser adotado porque eu sabia que eu ia se distanciar deles, então eu meio que tratava os padrinhos um pouquinho mal assim, vai, pra eles não gostarem de mim e eu não ser adotado” (João - Depois do Abrigo)

Identifica-se, nessas falas, que os próprios adolescentes criam seus mecanismos de controle para impedir que mais uma separação ocorra. É como se esse irmão funcionasse, em parte, como a afirmação de que aquela pessoa já tem uma família, da qual compartilham de uma mesma realidade, e assim, se afeiçoam a esta figura familiar. No caso de Lucilayne, é marcante o carinho que tem por sua irmã mais velha, Crislayne, demonstrando, como apresentado no documentário através de falas e gestos, extrema angústia diante da possibilidade de separação da irmã, e chegando a afirmar que não continuará na instituição sem a irmã, que já se aproxima dos 18 anos e precisará deixar o local. Para João, que já saiu da unidade de acolhimento, os irmãos representam a única ligação sanguínea da qual se afeiçoa, dado que possui certa apatia em relação à mãe, pelo pouco contato que teve com ela, e uma rejeição em relação ao pai, como fica evidente em algumas de suas falas:

“Então... mãe? Por enquanto ainda nada, né, porque como eu não lembro de um abraço da minha mãe, eu não lembro muito então, né. Então pra mim não significa nada. (...) Pai? Pode

falar palavrão? Não né? Pai não significa nada pra mim também. Nada, nada. Porque uma que depois que eu saí do orfanato ele nunca me procurou, e quando eu tava lá dentro também ele nunca me procurou. E até hoje eu nem sei o nome dele também, e nem pretendo saber também. (...) Se a câmara fosse meu pai, eu acho que eu quebraria” (João - Depois do Abrigo)

Através desses discursos e das considerações acerca de cuidados, e conforme pesquisado por Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009), percebe-se que alguns indivíduos sentem maior facilidade, ou até necessidade, de estabelecer vínculos com pessoas que sejam seus consanguíneos, enquanto para outros, como Michelle, Sarah e Nataline, foi possível estabelecer vínculos com figuras adotivas. Michelle, ao sair do acolhimento, foi morar com sua madrinha afetiva, Simone, já Sarah e Nataline foram viver com uma das cuidadoras do abrigo, com a qual conseguiram estabelecer uma boa relação. Sobre essa cuidadora, Sarah se refere como: “Minha mãe. Ela cuidou de mim, ela acreditou em mim quando ninguém mais acreditou. Me trouxe pra casa dela, então isso é uma confiança que ela teve em mim e eu tive nela” (SIC). Tal fala possibilita a observação da subjetividade no que se refere ao estabelecimento de vínculos com pessoas não consanguíneas.

Diante disso também é importante pensar que essa vinculação, na medida em que ela se configura na vida do indivíduo, pode apresentar-se enquanto fator de extrema importância perante o momento de saída da instituição. No caso de João, como veremos posteriormente, essa relação fraterna possibilitou um apoio após sua saída, entretanto, no caso de Crislayne e Lucilayne, essa ligação gera sofrimento, visto que uma das irmãs está decidida a deixar a instituição antes do período previsto, devido à obrigatoriedade da saída de sua irmã, e ambas não identificaram um lugar para ir após à saída da unidade.

6.3 TECENDO UMA MORADA FORA DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Tendo em vista a dificuldade de estabelecimento de vínculos externos, por parte de alguns indivíduos, bem como a história pregressa permeada por inúmeras vulnerabilidades, os medos e inseguranças vistos anteriormente, faz-se mister pontuar acerca da vida destes jovens após sua saída das unidades de acolhimento, considerando sua preparação durante a permanência no acolhimento e o período de adaptação após deixarem o local. Para tanto, podem ser pensadas as seguintes falas:

“Antes de eu fazer 18 anos, eu já tinha começado a trabalhar e juntei um dinheiro pra já começar a cursar a faculdade. Então eu já saí meio que estudando, assim. E como meus irmãos já eram mais velhos, já tinham saído primeiro do que eu e alugaram uma casa. Então pra mim foi mais fácil” (João - Depois do Abrigo)

“Eu passei um período fora. Eu tive a oportunidade de fazer uma experiência na Itália, pra conhecer outras (tendas) (...) quando eu fiz 18 anos. Foi uma experiência muito boa. Eu tive oportunidade de trabalhar, de rever pessoas que cuidaram de mim. Quando eu voltei eu tive uma conversa com a Eugênia Eloísa e nós, juntos, percebemos que tava na hora, né, que eu teria capacidade de me manter sozinho. E eu fui e aluguei uma casa perto da tenda ainda e me mudei. Elas me ajudaram, então assim... o que eu precisava em uma casa, eu já saí da tenda com aquilo, então eu tinha como me manter. (Rangel - Depois do Abrigo)

“Quando eu comecei a trabalhar no abrigo, a gente tinha que guardar um certo dinheiro pra gente se preparar pra sair do abrigo. No começo eu não gastava nada, porque eu falava ‘ah, eu tenho que me preocupar’, mas depois... Eu fui no quarto mês de trabalho(...), falei ‘não, eu preciso comprar isso’. E eu começava a gastar, gastar, gastar e não me preocupava com o amanhã. Até que quando eu saí do abrigo eu tava sem nada. Eu fiquei desesperada: ‘Ai, meu Deus, o que é que eu faço?’ Ai eu fiquei com medo, mas depois fui me acostumando, até que agora eu trabalho, faço Pedagogia, faço Teatro. Amo de paixão. E tá tudo dando certo agora” (Michelle - Depois do Abrigo)

No caso de João, Rangel e Michelle, o suporte oferecido pela unidade de acolhimento, bem como o apoio externo oferecido por padrinhos, irmãos e terceiros, juntamente às conquistas diante das oportunidades de ensino, capacitações, e inserção no mercado de trabalho, possibilitaram uma saída mais tranquila da instituição. Considerando especificamente a fala de Rangel, percebe-se ainda que houve um acompanhamento e uma preocupação em relação ao estabelecimento desta fora da unidade, no que se refere à providência de recursos necessários para auxiliar a sua saída. Com isso, percebe-se que alguns indivíduos conseguiram dar continuidade a sua vida mesmo após saírem da instituição, sendo capazes de dar sequência aos estudos (através do ingresso no ensino superior), arrumar uma casa e manter-se trabalhando, não havendo relatos de dificuldades em relação à manutenção da alimentação, hábitos de higiene, segurança, saúde, dentre outros.

Pode-se dizer que, nesses casos, o acompanhamento fornecido seguiu o estabelecido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) através das *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, ao passo que as instituições auxiliaram os jovens diante do processo adaptativo, de modo a assegurar seus direitos e fornecer oportunidades para que dessem continuidade aos seus processos fora da unidade de acolhimento. (BRASÍLIA, 2008)

Indo de contrapartida a essa percepção, Lori chama a atenção para a realidade de jovens, que ele afirma conhecer, que não tiveram o mesmo fim que os apresentados anteriormente:

“Muitos jovens quando saem do abrigo, não tendo para onde ir, acabam se enturmando no meio do tráfico, e o tráfico acaba detonando de vez a vida dessas pessoas (...) O que eu mais conheço hoje em dia é sobre isso. Jovens que saíram de abrigos e hoje estão presos, que eram meus amigos, hoje tão no tráfico, outros já trabalham normalmente” (Lori - O futuro de jovens que não foram adotados - TVAL)

Durante a elaboração dessa pesquisa não foram identificadas fontes capazes de comprovar ou refutar essa informação, entretanto, o objetivo aqui vai para além da computação de dados, visando a compreensão do sentido expresso através dessa fala. Tal discurso leva à consideração de que assim como Lori, alguns sujeitos podem nutrir a perspectiva de que nem sempre o suporte oferecido pela instituição é suficiente para fornecer os cuidados necessários a esses indivíduos, podendo isto estar associado à noção de incerteza do futuro, medo e insegurança, como visto anteriormente através do discurso de alguns jovens.

Vale ressaltar que, como mencionado anteriormente, algumas pessoas já chegam ao acolhimento próximos ao tempo de deixar o local, e carregados de inúmeras vulnerabilidades, não sendo oferecido muito tempo para tratar das demandas apresentadas por estes, e assim, fazendo com que deixem as unidades sem que estejam igualmente preparados aos que foram acompanhados por mais tempo, para lidar com a realidade externa à instituição. Mesmo para quem conseguiu se estabelecer fora do acolhimento, como Nataline, são pontuados aspectos referentes às dificuldades em lidar com “o mundo lá fora”:

“Lá dentro a gente vê como se fosse maravilhas, mas quando a gente sai de lá a gente vê a realidade daqui de fora, que acontecem muitas coisas, e como a gente não sabia quase nada, a gente começa a aprender, e sabe que não é fácil. Aí foi meio difícil, complicado mesmo, eu não sabia nem pegar um ônibus direito, nem ir ao banco, nem comprar as coisas, e agora é mais liberal isso, então aprendi” (Nataline - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo)

O discurso da jovem aponta para duas realidades que parecem se distinguir: uma interna e outra externa à instituição, levando a atenção ainda para os processos de autonomia no que se refere à preparação para saída, visto que, como posto em sua fala, havia situações básicas para a vivência fora da unidade, como pegar um ônibus ou fazer compras, mas que ela não tinha sido preparada para isso. Este caso exemplifica o que fora discorrido pelo CONANDA acerca da baixa iniciativa das instituições e as consequências atreladas a esta, ao pontuar que

Para ampliar a iniciativa, autonomia e senso de responsabilidade é importante que participem, ainda, de atividades rotineiras como ir à padaria ou ao supermercado, recebendo instruções sobre como lidar com o dinheiro. Geralmente os serviços de acolhimento pouco propiciam o contato de crianças e adolescentes com esse tipo de conhecimento, que será fundamental para a construção de projetos de vida ligados ao trabalho e aquisição futura de autonomia financeira. (p. 22-23)

Em sua fala, Sarah, que também já deixou a instituição e mora com Nataline e a cuidadora delas, manifesta o incômodo diante da percepção de olhares preconceituosos direcionado a elas, devido ao fato de terem feito parte de uma unidade de acolhimento:

“Quando a gente sai pra fora, aí as pessoas passam e olham pra gente assim ‘óia a menina do orfanato ali, num sei q, num presta não. Eu acho que as pessoas elas tem esse olhar pra gente. Só pq foi de abrigo, morou em abrigo, aí num presta” (Sarah - Caminhos da Reportagem – Histórias de abrigo)

Tal discurso leva à reflexão de que, mesmo após saírem da instituição, o fato de um dia ter feito parte dela pode levar alguns indivíduos a experimentarem os preconceitos sociais atrelados à vida no acolhimento. Através das informações fornecidas nos materiais pesquisados, não foram identificadas outras falas que indicassem essa percepção acerca do preconceito, entretanto, não é possível afirmar, apenas com esse dado, se essa perspectiva é ou não comum a esse público, dado que a abordagem desses indivíduos durante as entrevistas modificou-se a depender do contexto no qual estavam inseridos.

Pelos discursos coletados de pessoas que já saíram da instituição percebe-se que, apesar das dificuldades encontradas, não houve quem ficasse desamparado em relação à moradia, como frequentemente aparecia enquanto receio nas falas de indivíduos diante da preparação para a saída, bem como não houveram relatos de outros tipos de desamparo, o que, no entanto, não significa que represente a realidade nacional. Faz-se mister retratar que as realidades apresentadas compõem apenas uma parcela desse cenário.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, observa-se que os percursos trilhados por indivíduos que atingiram a maioria em instituições de acolhimento sem que tenham sido adotados, podem apresentar-se de forma diversa, não tendo sido identificado, através desta pesquisa, um padrão rigoroso em relação a isso. Segundo as informações reunidas através dos relatos dos interlocutores, há indivíduos que passam a conviver com seus padrinhos afetivos, outros que vão para repúblicas, que passam a morar com os irmãos, que tornam para a casa dos genitores, ou ainda que constituem uma vida indo morar sozinhos, recebendo o suporte necessário por parte das instituições e Estado, para que possam adaptar-se à vida fora da instituição.

Vale ressaltar que essa pesquisa representa apenas um recorte dessa realidade, podendo haver casos diferentes dos identificados aqui, como mencionado no discurso de um dos jovens, que pontua acerca do destino incerto de alguns colegas em semelhante situação a dele. Entretanto, os dados obtidos apontam para adaptações bem sucedidas à vida fora da instituição.

Apesar disso, o discurso dos jovens que ainda encontram-se no processo de preparação para a saída, é marcado por forte medo e insegurança em relação ao seu futuro após os dezoito

anos de idade. Sendo também identificado que boa parte desses adolescentes possuem desejo de dar continuidade aos seus estudos, fazer faculdade, ter um emprego e uma casa, demonstrando que objetivam uma vida “estável”.

Os regulamentos jurídicos em torno dos mecanismos legais de proteção à criança e ao adolescente se constituem, conforme apresentado neste artigo, enquanto suportes para esses infantes, destacando, entretanto que há projetos de lei bem construídos, voltados ao público jovem, que poderiam ser implementados, contribuindo para a garantia de direitos e a maior segurança perante a saída dos jovens das unidades, fator que também poderia amenizar a insegurança percebida pelos adolescentes institucionalizados diante desse processo de preparação para saída.

Chama a atenção ainda os discursos em torno das construções familiares, que apontam que boa parte dos jovens, mesmo sem manter um contato contínuo com seus genitores, nutrem um sentimento de carinho por estes, e por vezes, de forte desejo de reencontrá-los ou de voltar a conviver com estes após a saída do local. Ressalta-se que a forte necessidade de vinculação demonstrada nos discursos não se restringe apenas aos genitores, mas estendeu-se também aos irmãos, padrinhos e cuidadores da instituição.

Por fim, espera-se que essa pesquisa sirva como base para reflexões em torno dessa realidade, bem como de novos estudos, e que sirva também como forma de apresentar uma demanda pouco discutida nos dias atuais, mas de suma relevância social, levando à considerações diversas em torno dessa população, bem como à possibilidade do desenvolvimento e/ou implementação de novas políticas voltadas a esse público, levando em consideração, mais uma vez, que os resultados dessa pesquisa constituem apenas um recorte de uma realidade que ainda tem muito a ser conhecida.

REFERÊNCIAS

BECHARA E. C. (org.). **Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2528, de 2020**. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8108595&ts=1619744068858&disposition=inline>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 557, de 2019. **Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar**. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg->

getter/documento?dm=7912045&ts=1594028675508&disposition=inline. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 507, de 2018. **Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes.** Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7893679&ts=1605873776446&disposition=inline>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de maio de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 10 de junho de 2021.

BRASIL. Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

CAMINHOS DA REPORTAGEM – HISTÓRIAS DE ABRIGO. Reportagem: Ana Graziela Aguiar. Produção de Ana Graziela Aguiar e Gracielly Bittencourt. YouTube: **TV Brasil**, 09 março de 2017. 1 vídeo (57min56seg). Disponível em: <https://youtu.be/IN7HYM-ejg4>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Adoção - Relatório de Dados Estatísticos do Poder Judiciário. Brasília: **CNJ**, maio, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

DEPOIS DO ABRIGO. Produção: Carolina Vieira e Mayara Marques. YouTube: **Deu Na Telha E Nós Fizemos**, 2016. 1 vídeo (13 min 43 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TVKT4fR2ODk>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.

FONTOURA, F. O futuro de jovens que não foram adotados – TVAL. YouTube: **Fernanda Fontoura**, 2012. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aMSZzb3ses0>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.

HALPERN, R.; FIGUEIRAS A.C.M. Influências ambientais na saúde mental da criança. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 2 (supl.), 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jped/a/TzsQpFygsrFwvLRbbSkCtbm/?lang=pt>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANDÚ, E. N. T. Intersubjetividade na Qualificação do Cuidado em Saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 4, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/N8xBx67GG5N54hxm7XKx3Bz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

MÉLLO, R.P.; SILVA, A.A.; LIMA, M.L.C.; DI PAOLO, A.F. Construcionismo, Práticas Discursivas e possibilidades de pesquisa. **Psicologia & Sociedade**, v.19 n.3, pp. 26-32, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/MQMyqKPsdBWf5WTFfM6FFPJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

MOREIRA, G. Juventudes, Educação Popular e Fantasia do “ser alguém”. In: **V CONEDU - Congresso Nacional de Educação**, 5., Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47722>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

NASCIMENTO, V. L.V. do; TAVANTI, R. M.; PEREIRA C. C.Q. O uso de Mapas Dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In: SPINK, M.J.P. et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/11057672/Cap%C3%ADtulo_12_-_O_uso_de_mapas_dial%C3%B3gicos_como_recurso_anal%C3%ADtico_em_pesquisas_cient%C3%ADficas. Acesso em 06 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, A. Adolescência Prolongada: um olhar sobre a Nova Geração. **Colloquium Humanarum**, v. 4, n.1, Jun. 2007, p. 31-45. Disponível em: <http://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/224>>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. dos. A Configuração dos Vínculos na Adoção: uma Atualização no contexto Latino-Americano. **Rev. Bras. Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 19, n. 3, 2009, p. 475-486. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12822009000300013. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

PINHEIRO, O. de G.. Entrevista: uma Prática Discursiva. In: SPINK, Mary Jane (org). **Práticas discursivas e produções de sentido no cotidiano**. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 156-187. Disponível em: http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

PINTO, T. da S. B.; MEDEIROS, J. M. O acolhimento institucional: uma reflexão necessária. In: **Anais do XI EVINCI – Evento de Iniciação Científica**, 11. Caderno de Artigos Científicos, v. 2, n. 2, 2016. p. 846-861. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/1759>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

RABELO, E. D. R. O.; LANA, F. F. V.; MAIA, G. P.; DIAS, K. N. A institucionalização de menores em unidades de acolhimento. **Humanidades**, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: http://www.revistahumanidades.com.br/arquivos_up/artigos/a71.pdf. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v. 20, ed. esp., pp. 70-77, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000400010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 de outubro de 2021.